



Código Florestal vs Lei da Mata Atlântica

Exemplos - Alagoas

Principais pontos

- Estima-se que cerca de 12% da vegetação original de Mata Atlântica de todo o país esteja preservada, sendo que 80% disso localiza-se no interior de propriedades privadas.
- Conforme o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o INPE, no período de 2019 a 2020, o remanescente total natural no estado de Alagoas somou o equivalente a 10,5% da área inserida no âmbito de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que atualmente é de 55% da área total do estado.

Municípios que possuem pelo menos uma parte de seu território em áreas consideradas dentro do Domínio Mata Atlântica (Caderno nº. 29 da RBMA, adaptado). Incluindo municípios do Sertão com mata serrana(*)

1. Anadia	2. Atalaia
3. Barra de Santo Antônio	4. Barra de São Miguel
5. Boca da Mata	6. Branquinha
7. Cajueiro	8. Campestre
9. Campo Alegre	10. Campo Grande
11. Capela	12. Chã Preta
13. Colônia Leopoldina	14. Coqueiro Seco
15. Coruripe	16. Feliz Deserto
17. Flexeiras	18. Ibatiguara
19. Igreja Nova	20. Jacuípe
21. Japeratinga	22. Jequiá da Praia
23. Joaquim Gomes	24. Jundiá
25. Junqueiro	26. Limoeiro de Anadia
27. Maceló	28. Mar Vermelho
29. Maragogi	30. Marechal Deodoro
31. Maribondo	32. Matriz de Camaragibe
33. Messias	34. Murici
35. Novo Lino	36. Olho d'Água Grande
37. Paripueira	38. Passo de Camaragibe
39. Paulo Jacinto	40. Penedo
41. Piaçabaçu	42. Pilar
43. Pindoba	44. Porto Calvo
45. Porto de Pedras	46. Quebrangulo
47. Rio Largo	48. Rotello
49. Santa Luzia do Norte	50. Santana do Mundaú
51. São José da Laje	52. São Miguel dos Campos
53. São Luiz do Quitunde	54. São Miguel dos Milagres
55. São Sebastião	56. Satuba
57. Teotônio Vilela	58. União dos Palmares
59. Viçosa	60. Mata Grande*
61. Canapi*	62. Água Branca*

- Verifica-se, portanto, que do total de 1.523.382 ha, 142.8746 ha de vegetação nativa permanece incólume.
- A Capital Maceió, por exemplo, apresenta, evidentemente, um alto grau de urbanização, o que



resulta em índice de 18,75% da Mata Atlântica original no Município, e, consequentemente, uma supressão de 81,25% da vegetação nativa. Em uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, questiona-se qual a viabilidade de aplicação estrita da Lei da Mata Atlântica.

- A punição generalizada e a obrigatoriedade de recomposição de áreas suprimidas as vezes há muitos anos, evidentemente se mostra mais problemática em determinadas cidades.
- O MPAL e o MPF orientam pela não regularização de áreas em que houver a constatação de que a pretensa consolidação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal foi proveniente de desmatamento ou intervenção não autorizada a partir de 26 de setembro de 1990, data em que evidentemente os órgãos de fiscalização não lançavam mão de instrumentos de monitoramento remoto precisos dos imóveis rurais. A única opção, ao entender do Ministério Público, seria firmar Termo de Compromisso para recuperação integral das áreas.
- **Essa lógica, especialmente diante da ausência de dados e monitoramento anterior ao ano de 2000, cria cenário de risco de aplicação de multa e, pior, coloca quantidade enorme de produtores rurais na irregularidade, inviabilizando muitas vezes a atividade de pequenos e médios, já que nem todos têm condições de recompor a área nos termos que pretende o MPAL.**
- **A produção de cana-de-açúcar no estado de Alagoas se dá em montes, o que é impossível pela Lei da Mata Atlântica, mas que foi possibilitado pelas normas de transição do Código Florestal (áreas rurais consolidadas). Defender a sobreposição da Lei da Mata Atlântica é inviabilizar a produção de cana-de-açúcar no estado de Alagoas.**
- O município de Arapiraca apresenta 13.195 ha de área dos estabelecimentos agropecuários, segundo informações do IBGE, dos quais, a maioria é de estrutura familiar. A cidade representa verdadeiro fortalecimento da economia do interior alagoano. Caso aplicada a Lei da Mata Atlântica, todos esses estabelecimentos deverão ser extintos.
- Outra cidade no ranking das mais produtivas, é Marechal Deodoro, que no censo agropecuário referente ao ano de 2019 apresentou produção de 788.630t de cana-de-açúcar, ostentando 14.265 ha de áreas produtivas.
- Coruripe, conhecida por suas Usinas, e dona do 5º maior PIB do estado, soma mais de 50.000 ha, destacando-se, também, na produção de cana-de-açúcar, que chegou a 2.297.953t em 2017 nos mais de 30.000 ha destinados a esta cultura.
- **Questiona-se, desse modo, o impacto, senão inviabilidade, causado pela pretensão de aplicação da Lei da Mata Atlântica em detrimento do Código Florestal, que buscou criar mecanismos de harmonização entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.**